

CORREIO NACIONAL

Paulo Pinto/Agência Brasil



Reajuste das grandes operadoras superou inflação

Lucro de planos de saúde aumentou 271% em 2024

Os planos de saúde registraram lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões em 2024, um aumento de 271% na comparação com 2023. Este resultado também é superior ao que foi obtido nos três anos anteriores somados. De acordo com os dados divulgados na quarta pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, a parcela equivalente a aproximadamente 3,16% da receita total das operadoras, que foi de aproximadamente R\$ 350 bilhões. Isso significa que para cada R\$ 100 gerados, as empresas obtiveram cer-

ca de R\$ 3,16 de lucro.

O Painel Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar mostra ainda que a sinistralidade registrada no último trimestre do ano passado foi a menor para este período desde 2018: 82,2%. Esse cálculo mede qual a proporção da receita recebida com as mensalidades é utilizada em despesas assistenciais. Isso significa que os planos utilizaram cerca de 82,2% do que receberam dos clientes para custear os serviços e insumos utilizados por eles.

27 aprovados sub judice

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos publicou no Diário Oficial da União de terça 13 editais de retificação com a inclusão de mais 27 candidatos sub judice nos resultados do CNU. Os candidatos sub judice são aqueles que recorreram do resultado na Justiça e conseguiram

uma decisão liminar para continuar no concurso. As novas publicações incluem candidatos sub judice do certame tanto nas listas de aprovados quanto nas listas de convocados para matrículas em cursos de formação e para o banco de candidatos em lista de espera em cargos de nível superior.

Crianças e adolescentes em lixões

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, lançou edital de contratação de pessoa jurídica para a realização de pesquisa exploratória sobre o trabalho de crianças e adolescentes na coleta, seleção e beneficiamento

de lixo nos lixões brasileiros. Iniciativa tem parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Segundo os dados da PNAD Contínua (IBGE) de 2023, o Brasil registrou 1,852 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil.

Fortalecimento do Bolsa Família

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome lançou, na terça, o Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) para o ano de 2025. A iniciativa tem como objetivo

reforçar a transparência, aprimorar a fiscalização das gestões e combater fraudes, garantindo que os benefícios sociais cheguem a quem realmente precisa. O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, reforçou a importância da iniciativa.

Tempo de espera no SUS

Durante reunião com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, propôs que os hospitais universitários de todo o país ampliem os horários de atendimento para realizar diagnósticos e cirurgias eletivas. A medida faz parte das ações

para redução do tempo de espera no SUS. A proposta é que os estabelecimentos de saúde da Ebserh aumentem o horário de atendimento para essas demandas não apenas em dias da semana, mas também passem a diagnosticar e fazer cirurgias eletivas aos sábados.

Direito ao auxílio-inclusão

O auxílio-inclusão é um benefício assistencial mantido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que é concedido para pessoas com deficiência que ingressam no mercado de trabalho e recebem até dois salários-mínimos. O benefício cumpre os requisitos es-

tabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão. Essa legislação visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir sua plena inclusão social e cidadania.

Fundamental rastreamento do câncer de intestino

Colonoscopia deve ser realizada a partir dos 45 anos

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) prevê para o período entre 2023 e 2025 cerca de 45 mil novos casos de câncer de intestino no Brasil, número que ressalta a urgência de ações preventivas. Isto porque o câncer colorretal é altamente prevenível e tratável quando detectado em estágios iniciais.

A campanha nacional Março Azul mobiliza profissionais de saúde e sociedade civil alertando a população. Diversos hospitais administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) possuem serviços especializados, oferecendo assistência multiprofissional.

Atualmente, cerca de 85% dos casos são diagnosticados em fases avançadas no país, o que reduz significativamente as chances de cura e aumenta os custos e complexidade do tratamento.

Em Maceió (AL), o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA-Ufal) é uma das referências no Sistema Único de Saúde. A unidade de saúde oferece atendimento completo – do diagnóstico à cirurgia.



Reprodução

A campanha nacional Março Azul mobiliza profissionais de saúde e sociedade civil

Tipos

Segundo a oncologista e responsável técnica do Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia do HUPAA-Ufal, Alline De Carli, o câncer colorretal não dá sintomas em fases precoces, porém, ao avançar, os sinais variam dependendo da parte do intestino em que se localiza o tumor. “O paciente pode apresentar alterações como constipação

ou diarreia, mudança na consistência das fezes, presença de sangramento, sangue vivo ou fezes escurecidas, dores abdominais, náuseas, vômitos e até quadros de obstrução intestinal”, explicou.

Alguns hábitos de vida contribuem para o desenvolvimento da doença, como dieta rica em gordura e pobre em fibras, consumo excessivo de carnes vermelhas e alimentos processados,

baixo consumo de frutas e vegetais, obesidade, sedentarismo, tabagismo e etilismo. Doenças inflamatórias intestinais, presença de pólipos intestinais e síndromes genéticas como Síndrome de Lynch e Polipose Adenomatosa Familiar também são fatores de risco, além de histórico familiar de câncer colorretal, principalmente em parentes de primeiro grau e diagnóstico com menos de 50 anos.

Cooperação com a África do Sul

Agência Gov.



Intercâmbio técnico destaca o modelo brasileiro do PNAE

Entre os dias 17 e 21 de março, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) recebe uma delegação da África do Sul para um intercâmbio técnico que tem como objetivo detalhar o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – referência mundial em políticas de alimentação escolar – e fortalecer a cooperação Sul-Sul. A iniciativa, realizada em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP) e outras instituições, reafirma o compromisso dos países com a erradicação da fome e o desenvolvimento sustentável.

A cerimônia de abertura, realizada no auditório do FNDE, contou com a presença de autoridades brasileiras e sul-africanas. Durante a sessão inaugural, Fernanda Pacobahyba, presidente do FNDE,

destacou: “O Brasil tem muito a compartilhar, mas também muito a aprender. Este intercâmbio não apenas reforça nossa parceria, como abre novas possibilidades para aprimorar políticas públicas de alimentação escolar em ambos os países.”

O embaixador da África do Sul no Brasil, Vusi Mavimbela, sinalizou o interesse crescente de outros países em estudar o modelo brasileiro. “Vocês vieram ao lugar certo. Tantos

países vêm estudar o sucesso deste programa, e queremos aproveitar essa oportunidade para fortalecer nossas políticas de alimentação escolar na África do Sul.”

Siwela Elvis, diretor chefe do Departamento de Educação da Província de Mpumalanga, enfatizou o valor da troca de experiências. “O PNAE é um programa longo e bem estruturado. Essa visita nos permite aprender com sua implementação e identificar como po-

demo adaptar boas práticas à nossa realidade.”

O Centro de Excelência Contra a Fome do WFP tem sido um grande facilitador na troca de experiências entre Brasil e África do Sul. Daniel Balaban, diretor do Centro, frisou o impacto da cooperação internacional. “A alimentação escolar é uma ferramenta poderosa para combater a fome e melhorar a aprendizagem. O Brasil é um exemplo de como políticas bem estruturadas podem transformar vidas e fortalecer comunidades.”

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), representada pelo conselheiro Paulo Joppert, colocou o órgão à disposição para estreitar cada vez mais os laços entre os países em favor do combate à fome no mundo.

No mesmo dia (17 de março), a programação avançou com sessões técnicas que aprofundaram a análise sobre governança, financiamento e gestão do PNAE.

STF

Julgamento do núcleo 3 da trama golpista no dia 8/4

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, marcou para dia 8 de abril o início do julgamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República que envolve o núcleo 3 da acusação da trama golpista durante governo do presidente Jair Bolsonaro. Também foi agendada a sessão do dia 9 de abril para analisar o caso.

As datas foram marcadas após o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, liberar o caso para julgamento.

De acordo a PGR, os denunciados deste núcleo são acusados de planejarem “ações táticas” para efetivar o plano golpista.

STJ

Nova fase de operação mira vazamento de decisões

A Polícia Federal (PF) flagrou na última terça-feira (18) mais uma fase da Operação Sisamnes, que tem como alvo um suposto esquema de venda e vazamento de decisões envolvendo o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

São cumpridos um mandado de prisão preventiva e quatro de busca e apreensão contra alvos no Tocantins.

As diligências foram autorizadas pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Foram autorizadas também medidas como o afastamento de funções públicas, proibição de contato entre os investigados e apreensão de passaportes.

TCU

Concessões ferroviárias próximas ao fim

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez acompanhamento dos contratos de concessões ferroviárias cujos prazos de vigência estão próximos do fim, especificamente as malhas Sul (RMS), Centro-Atlântica (FCA), Transnordestina (FTL), Oeste (RMO) e Tereza Cristina.

Esses contratos têm duração de 30 anos e, a poucos meses do encerramento, não há decisão quanto aos rumos de cada concessão nem processos administrativos relacionados à sua continuidade. O trabalho buscou, assim, examinar as providências que estão sendo tomadas pelos agentes públicos responsáveis.

TCU

Condições de teletrabalho da administração pública

O Tribunal de Contas da União apreciou, sob a relatoria do ministro Jorge Oliveira, levantamento no qual foi realizada análise comparativa a fim de identificar e conhecer as principais normas de trabalho remoto da Administração Pública Federal, incluindo 23 órgãos, dos três Poderes e autônomos.

A auditoria do TCU constatou que praticamente todos os atos normativos preveem regras relacionadas a: deveres do servidor em trabalho remoto; procedimentos de autorização para adoção dessa modalidade de trabalho; ocorrências que ensejam o desligamento do trabalho remoto e retorno ao presencial; além das condições de atendimento ao público.